

A SAÚDE E O "ACORDO" TRAIÇOEIRO

Está claramente demonstrado que, após a Revolução de Abril, os indicadores de saúde evoluíram de uma forma notável, colocando-se na vanguarda dos países desenvolvidos.

Nessa evolução, a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), teve um papel fundamental. Todavia, é preciso ter em atenção que, para esse resultado, concorreram as políticas sociais, laborais, do ordenamento do território (o papel relevante das autarquias na criação de infra-estruturas – saneamento básico, etc...), melhorando as condições de vida das populações.

Como todos reconhecemos, a saúde é um valor fundamental que depende de múltiplos factores. De um modo geral, para além da herança individual (factores genéticos), a saúde depende do modo como se vive, em parte pelas escolhas do indivíduo, na parte em que pode escolher, mas sobretudo dos condicionamentos sociais.

È nestes condicionamentos que se integra aquela ideia de que os resultados da política de saúde são indissociáveis das outras políticas, sendo nesta perspectiva que deve ser entendido o retrocesso que o "Acordo" do Governo/Patronato/UGT pode provocar na saúde se não for travado pela população, na sua esmagadora maioria dependente do SNS.

Na verdade, esse "Acordo", verdadeiro atentado aos direitos sociais, conquistados em inúmeras lutas,

deve ser considerado como uma verdadeira traição da cúpula da UGT aos trabalhadores que formalmente representa, mas que em muitos casos, através de alguns sindicatos, lutam e resistem ao lado dos sindicatos do Movimento Sindical Unitário (MSU) – CGTP.

A defesa do SNS também se joga nas lutas que tem em vista a derrota do "acordo".

A que saúde pode aspirar a maioria dos portugueses com o impacto nas condições de vida que o acordo provocará através de:

- Aumento dos despedimentos e redução das respectivas indemnizações;
- Aumento da precariedade e do horário de trabalho que pode ir de 12 horas por dia às 60 horas por semana;
- Redução do pagamento das horas extraordinárias do trabalho em dias de descanso e eliminação do descanso compensatório;
- Eliminação de 4 feriados e redução dos dias de férias;
- Redução do subsídio de desemprego em tempo e valor;
- Agravamento da mobilidade, desenraizando, desumanamente a vida familiar.



A LEI DO "COMPROMISSO" DESTRUIDOR DO SNS

É conhecido e vem de longa data o subfinanciamento do SNS sistematicamente gerador de dívidas e sistematicamente denunciado pelo PCP. Normalmente justificado com as dificuldades financeiras do Estado, o facto é que tem servido para sustentar os ataques da direita invocando a necessidade de rever a Lei do SNS no sentido de reduzir a responsabilidade do Estado e sobrecarregar os cidadãos, obrigando-os a colocar as suas doenças no sector privado, transformando a saúde numa mercadoria.

Basta olhar para os Orçamentos de Estado dos últimos anos para se verificar a inevitabilidade do endividamento. Em 2010 o Orçamento do SNS era de 8.600 milhões de euros, estes já insuficientes, em 2011 baixou para 8.100 milhões e em 2012 para 7.500 milhões. Estamos no princípio de 2012 e a dívida da saúde é superior a 3.000 milhões. Isto significa que o SNS tem funcionado á custa de algum financiamento pelos fornecedores de bens e serviços, e pela factura cada vez maior paga pelos cidadãos. Mas acontece que a austeridade imposta pelas «Troikas» e acentuada pelo Governo PSD/CDS mudou completamente as regras de mercado e hoje deparamos com cortes de fornecimentos que já afectam a prestação do SNS.

No passado dia 21 de Fevereiro foi publicada no Diário da República a Lei 8/2012 que "Aprova as regras aplicáveis á assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades publicas", conhecida por Lei do Compromisso, cuja entrada em vigor ocorreu no dia seguinte. É óbvio que todos os

cidadãos de bom senso e de boa-fé concordam que o Estado deve ser rigoroso cumpridor das suas obrigações, em particular das dividas, de que resulta uma melhor posição para discutir preços sendo, entre outros aspectos, factor decisivo de boa gestão.

Todavia, esta Lei introduz tais limitações de carácter financeiro aos compromissos para aquisição de bens imprescindíveis ao funcionamento dos serviços, com a ameaça, se não forem cumpridos, de sanções de carácter cível, disciplinar ou mesmo criminal, de tal modo que, os actuais Gestores do SNS terão de escolher entre ser presos e ver os seus bens confiscados pelo seu incumprimento ou ser accionados judicialmente pela morte de doentes, ou simplesmente demitir-se por impossibilidade do seu cumprimento e deixar lugar vago para o seu preenchimento por compadrio político.

Coloca-se também o problema de saber se a responsabilização de eventuais falecimentos por falta dos meios indispensáveis, não venha a recair sobre os profissionais de saúde?

Podendo este ser um objectivo escondido, sem dúvida que o objectivo claro desta Lei é a imediata destruição do SNS. Trata-se de um **crime grosseiro** que o povo não o permitirá e aos seus autores deverá ser atribuída a responsabilidade civil e criminal das suas consequências porque da responsabilidade política não se livrarão.

LUTAR, LUTAR SEMPRE EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE!



A SAÚDE E O "ACORDO" TRAIÇOEIRO

(Continuação Pág.1)

São só alguns exemplos que, somados aos custos dos transportes, electricidade, combustíveis, medicamentos, taxas moderadoras, IVA, etc...etc..., associados ao congelamento de salários, pensões e reformas, diminuição das prestações sociais, como o apoio ao transporte de doentes, num rol infindável, tornarão miserável e doentia a vida de milhões de portugueses.

SÃO RAZÕES DE SOBRA PARA ACÇÕES DE LUTA: PROTESTOS, MANIFESTAÇÕES, GREVES...



FAÇAMOS DO DIA 22 DE MARÇO UMA GRANDE GREVE GERAL

POPULAÇÕES LUTAM PELA SAÚDE

Cresce a tomada de consciência da necessidade de agir em defesa da Saúde. Um pouco por todo o país os utentes manifestam-se contra a política do Governo que põe em risco a saúde das populações.

Em meados de Janeiro realizaram-se concentrações e vigílias em várias localidades:

- ♦ Em Belas, concelho de Sintra, concentraram-se em frente ao Centro de Saúde algumas dezenas de utentes para denunciar a falta de médicos, num concelho com mais de 400 000 habitantes e mais de 136 000 sem médico de família...;
- ♦ Em Queluz uma vigília por motivos idênticos e falta de condições das instalações ...;
- ♦ Em Beja, centenas de utentes desfilaram com cartazes e bandeiras negras tendo aprovado um manifesto denunciando vários encerramentos (maternidades, várias extensões de centros de saúde), protestando contra as taxas moderadoras e a transformação da saúde numa mercadoria...;
- ♦ Na Baixa da Banheira, concelho da Moita, cerca de duas centenas de utentes protestaram contra o preço dos medicamentos, as taxas moderadoras e a falta de médicos de família;
- ♦ Em Alhos Vedros, no mesmo concelho, centenas de pessoas desfilaram protestando contra a degradação do Centro de Saúde, a falta de médicos de família (em cerca de 60%) e o não funcionamento de uma unidade de cuidados continuados pronta há mais de seis meses à espera de luz verde do governo....

São apenas alguns exemplos que se continuam a repetir por todo o país e a que é preciso dar força para salvar o SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

HÁ ALTERNATIVA!

● PCP assume com confiança a luta pela ruptura com o rumo de afundamento do País.

Há alternativa: uma política patriótica e de esquerda que tem como componente essencial a valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos seus salários, direitos e condições de vida, no combate à exploração, na afirmação do projecto emancipador que o PCP protagoniza e a Constituição da República consagra.

Há alternativa, com uma política que imponha:

- a renegociação da dívida pública, nos prazos, juros e montantes;
- a tributação dos grupos económicos e financeiros taxando os lucros, o património de luxo e a especulação financeira;
- o fim das privatizações e a recuperação do controlo público dos sectores estratégicos da nossa economia;
- a defesa dos serviços públicos e a garantia de apoios sociais à população;
- a defesa da produção nacional, o apoio às PME's e o combate às importações;
- a afirmação da nossa soberania rompendo com as imposições da UE, do FMI e do grande capital.



Há alternativa ao capitalismo e ao seu rasto devastador: o projecto de democracia e socialismo, a sociedade livre da exploração do homem pelo homem, a concretização do ideal e projecto comunista.

**JUNTA-TE A NÓS!
LUTA E RESISTE COM O PCP**

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitem contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

Telef. _____ E-mail _____

Recorte e envie para

PCP Av. Da Liberdade, 170

1250 146 LISBOA

www.pcp.pt

sector.saude@dorl.pcp.pt

**Está na hora de dizer
BASTA!**

